



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MARINA MONTEIRO CAVALCANTE  
WADJA PIRIELLA ARAUJO COSTA**

**A RELEVÂNCIA DAS EMPRESAS DE AUDITORIA NOS PAAS DIVULGADOS  
POR EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

**FORTALEZA  
2021**

MARINA MONTEIRO CAVALCANTE  
WADJA PIRIELLA ARAUJO COSTA

A RELEVÂNCIA DAS EMPRESAS DE AUDITORIA NOS PAAS DIVULGADOS POR  
EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Artigo TCC apresentado ao curso de Bacharel em Contabilidade da Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – FAMETRO – como requisito para a obtenção do grau de bacharel, sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Talyta Oliveira.

FORTALEZA  
2021

MARINA MONTEIRO CAVALCANTE  
WADJA PIRIELLA ARAUJO COSTA

A RELEVÂNCIA DAS EMPRESAS DE AUDITORIA NOS PAAS DIVULGADOS POR  
EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Artigo TCC apresentada no dia 14 de junho de 2021 como requisito para a obtenção do grau de graduado em Ciências Contábeis da Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – FAMETRO – tendo sido aprovado pela banca examinadora composta pelos professores abaixo:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>o</sup>. Talyta Oliveira  
Orientador – Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

---

Prof<sup>a</sup>. Aline da Rocha  
Membro - Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

---

Prof<sup>o</sup>. Alan Holanda  
Membro - Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos, primeiramente, à Deus, por ter nos dado saúde, força, sabedoria, disposição para fazer a faculdade e este trabalho de final de curso. Sem Ele nada disso seria possível.

Agradecemos aos nossos pais que nos deram apoio e incentivo nas horas difíceis. Aos amigos que não nos deixaram vencer pelo cansaço. A todos que também perdemos durante a execução deste trabalho de conclusão, que de alguma forma contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

A todos os professores da Unifametro, que compartilharam seus conhecimentos e pela compreensão em sala de aula, em especial à professora Talyta Oliveira, que esteve presente e nos orientou para que chegássemos até aqui com êxito.

Primeiro, pense. Segundo, acredite. Terceiro,  
sonhe. E, finalmente, ouse.

Walt Disney

# **A RELEVÂNCIA DAS EMPRESAS DE AUDITORIA NOS PAAS DIVULGADOS POR EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

Marina Monteiro Cavalcante<sup>1</sup>

Wadja Piriella Araújo Costa<sup>1</sup>

## **RESUMO**

A pesquisa a seguir tem como objetivo geral analisar se as empresas de auditoria independente influenciam nos assuntos mais relevantes considerados para destaque em relatório de Principais Assuntos de Auditoria. A partir dessa questão e sendo o objetivo geral dela, buscou-se coletar informações dos principais assuntos de auditoria divulgados para empresas de energia elétrica e identificar aquelas que auditam as do setor elétrico. Os achados indicam que os pontos mais abordados nos assuntos de auditoria foram Reconhecimento da Receita, Mensuração do Ativo Contratual e Infraestrutura de Concessão, e que empresas auditadas por empresas que não são classificadas como Big four de auditoria têm Principais Assuntos de Auditoria diversos, não sendo possível identificar uma predominância. Situação divergente dos PAAs divulgados por empresas de auditoria. Conclui-se que existe uma tendência que a escolha do Principal Assunto de Auditoria seja influenciada pela empresa que o audita, geralmente Big Four.

**Palavras-chave:** Auditoria Independente. PAAS. Big Four. Setor de Energia Elétrico.

## **ABSTRACT**

The following survey has the general objective of analyzing whether independent auditing firms influence the most relevant matters to be highlighted in the Key Audit Matters report. Based on this question and as its general objective, we sought to collect information on the main audit issues disclosed to electricity

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Contábeis pela Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – FAMETRO.

companies and identify how companies that audit as companies in the electricity sector. The findings indicate that the most common points in audit matters were Revenue Recognition, Measurement of Contractual Asset and Concession Infrastructure, and that companies audited by companies that are not classified as Big Four audit have several Main Audit Matters, not being possible to identify a predominance, a different situation from the PAAs disclosed by auditing companies. It is concluded that there is a tendency for the choice of the Audit Subject to be influenced by the company that audits it, usually the Big Four.

**Key words:** independent audit. PAAs. Big Four. Electric Power Sector.

## 1 INTRODUÇÃO

A auditoria surgiu como resultado da necessidade da confirmação dos registros contábeis, em virtude do surgimento das grandes empresas e da taxaço do Imposto de Renda, estabelecido nos resultados apurados em balanços. A evoluço da auditoria ocorreu com o desenvolvimento econômico, quando surgiram grandes empresas, formadas com muitas pessoas constituindo seu capital social, existindo a necessidade de comprovaço dos registros contábeis para a proteço do seu patrimônio. (CREPALDI, 2002).

De acordo com as Normas Técnicas de Auditoria – NBC TA, o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstraçoes contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expresso de uma opiniáo pelo auditor sobre as demonstraçoes, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura do relatório financeiro aplicável.

A auditoria pode ser dividida em dois tipos: interna e externa. Cada uma é feita independentemente da outra, mesmo utilizando as mesmas técnicas e linhas de raciocínio. A auditoria interna é um setor dentro da empresa que avalia os controles internos a fim de fornecer e garantir informaçoes confiáveis para a tomada de decisões feitas pela diretoria. Já a auditoria externa (ou independente), tem como objetivo aumentar o grau de confiança nas demonstraçoes contábeis, mediante o parecer de auditoria, em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade (CORREA; OLIVEIRA, 2018).

A auditoria é uma atividade que exige responsabilidade, conhecimento técnico e competência para emissão do parecer, também exige organizaço para guardar todas as evidências utilizadas como base para elaboraço do parecer (PEREZ *et al*, 2011). De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 11, todos os documentos utilizados como evidência devem ser guardados pela auditoria por um período de até 5 anos após a elaboraço do parecer.

Segundo Niyama e Mendes (2014), o parecer dos auditores independentes é o documento em que o auditor expressa a sua opiniáo, de forma clara e objetiva, sobre as demonstraçoes financeiras, destinando aos acionistas, cotistas, sócios, ao conselho de administraço, diretoria da empresa ou outro órgão segundo a sua natureza.



No parecer deve ser informado em quais demonstrações contábeis o auditor está expressando sua opinião, nomes, períodos correspondentes à auditoria e a data do parecer deve ser a mesma do encerramento dos trabalhos. (PEREZ *et al*, 2011). Segundo a NBC T 11, o parecer é classificado em Parecer sem Ressalva, Parecer com Ressalva, Parecer Adverso ou Parecer com Abstenção de Opinião, conforme a opinião do auditor.

Ball, Brown e Beaver (1968) iniciaram estudos com a linha de pesquisa voltada para a relevância da informação contábil. Em sua pesquisa, viram que existe associação entre o preço e o resultado contábil, concluindo que as informações contábeis possuem conteúdo informativo capaz de influenciar nas decisões dos investidores, através das informações para o mercado de capitais.

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TA) 701 trata da divulgação sobre quais assuntos os auditores independentes julgam mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período, chamados Principais Assuntos de Auditoria (PAA).

Assim, de acordo com as normais internacionais, a mudança na estrutura do relatório do auditor independente se aplica à auditoria das demonstrações contábeis a partir do ano de 2016 no Brasil, conforme o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Para Gold e Heilmann (2019), a divulgação dos PAAs deve valorizar a informação e a utilidade da decisão do relatório de auditoria. Apenas as empresas listadas na Bolsa de Valores possuem obrigatoriedade para incluir os PAAs em seu relatório, podendo ser adotadas por outras sociedades, opcionalmente.

Diante disto, tem-se como Questão de Pesquisa: Empresas de auditoria independente influenciam nos principais assuntos de auditoria divulgados por empresas do ramo de energia elétrica?

Para entender a questão da pesquisa, tem-se como objetivo geral analisar se as empresas de auditoria independente influenciam nos assuntos mais relevantes considerados para destaque em relatório de Principais Assuntos de Auditoria.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: 1 – identificar os principais assuntos de auditoria mais analisados para empresas do setor de energia elétrica; 2- observar o quantitativo de assuntos tratados pelo setor de energia elétrica; 3- verificar

se as empresas de energia elétrica em análise são auditadas por big four; 4- observar se as características de divulgação tem relação com o fato de ser ou não de big four.

Através deste estudo, procura-se observar os principais assuntos de auditoria abordados pelas empresas de auditoria em 2020 nas empresas distribuidoras de energia elétrica do país registradas na B3.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A importância da auditoria**

A auditoria é a área da contabilidade que busca analisar os registros da empresa. Através dessas informações o auditor faz um relatório e mostra seu parecer a respeito da situação da empresa. Tem por sua finalidade ajudar a empresa a corrigir possíveis erros na organização.

Segundo Crepaldi (2002, p. 23): “De forma bastante simples, pode-se definir auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

Já Attie (2018, p. 35) assevera que:

A auditoria das demonstrações contábeis visa às informações contidas nessas afirmações, assim é evidente que todos os itens, formas e métodos que as influenciam também estarão sendo examinados. O exame da auditoria engloba a verificação 1.3.1 documental, os livros e registros com características controladoras, a obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo que se relacionam com o controle do patrimônio e a exatidão dos registros e as demonstrações deles decorrentes. A ênfase que se dá a cada situação depende de uma série de decorrências dos diferentes segmentos que compõem a organização.

Com o surgimento da auditória, ficou mais fácil acompanhar a situação de uma empresa em vários aspectos: saber se estão sendo cumpridas as obrigações fiscais; melhor controle de bens, direitos e obrigações; redução da ineficiência; maior exatidão nos resultados. Dependendo da auditoria, esse acompanhamento pode ser feito através de análise das demonstrações financeiras, livros contábeis, a rotina da empresa e suas transações:

A auditoria é uma função administrativa que exerce a verificação/constatação/validação, via testes e análises dos resultados dos testes, com conseqüente emissão de opinião, em momento independente das demais três funções administrativas (planejamento, execução, controle), consoante aos três níveis empresariais (operacional, tático e estratégico. (GIL,1999, p. 55).

Nas organizações, geralmente se busca fazer a utilização de auditoria interna e/ou externa.

De acordo com Ribeiro e Ribeiro (2011, p. 97), a auditoria externa é realizada por auditores independentes contratados pela organização para examinar as suas demonstrações contábeis e expressar opinião por intermédio do relatório de auditoria, com o propósito de aumentar o grau de confiança dos usuários das respectivas demonstrações.

Já para Sá (2007), a auditoria interna exerce um papel crucial na apuração das irregularidades nas organizações, visto que evidencia as fraudes e, principalmente, impede a prática desses delitos com a aplicação de controles internos. O foco deste trabalho é a auditoria externa, também conhecida como auditoria independente.

## 2.2 Auditoria independente

A auditoria independente é utilizada para dar um parecer sobre as demonstrações contábeis da empresa e averiguar se as informações nele contidas estão de acordo com a situação financeira e operacional que lhe foi apresentado.

O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre como elas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. (NBC TA 200)

O auditor terá como foco de planejamento apenas os serviços contratados, os quais serão definidos de acordo com a necessidade da organização auditada, podendo desta forma ser parcial ou específica, participando os departamentos administrativos da empresa ou de uma forma geral, onde

todas as operações são analisadas, inclusive as demonstrações contábeis. (FRANCO e MARRA, 2001, p.).

### **2.3 Principais assuntos de auditoria**

Os principais assuntos da auditoria (PAAs) são aqueles que para o auditor tem maior relevância para a auditoria e variam com relação a cada empresa auditada e seus interesses no mercado. Utilizam-se as demonstrações contábeis para definir quais são esses principais assuntos.

A comunicação dos principais assuntos de auditoria visa tornar o relatório de auditoria mais informativo, ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada. Fornece, também, informações adicionais aos usuários previstos das demonstrações contábeis, para auxiliá-los a entender os assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância na auditoria do período corrente. Por fim, pode ajudar os usuários previstos nas demonstrações contábeis a entender a entidade e as áreas que envolveram julgamento significativo da administração nas demonstrações contábeis auditadas. (NBC TA 701, p.1)

Ainda conforme a NBC TA 701, o auditor tem de informar aos governantes das empresas quais são os principais assuntos da auditoria e sua justificativa sobre aquele assunto ser definido como tal.

## **3 METODOLOGIA**

Este estudo se classifica como exploratório, documental e com abordagem qualitativa e quantitativa. Classificou-se como exploratório devido ter sido feita análise do conteúdo dos PAAs nos relatórios de auditoria apresentados em 2021, relacionados ao exercício de 31 de dezembro de 2020.

De acordo com Cooper e Schindler (2006), estudos exploratórios são aqueles que discutem temas recentes, pouco explorados ou ainda aqueles que abordam um tema conhecido, porém com um ponto de vista diferenciado.

Quanto aos procedimentos, categorizou-se como documental pois reuniu as evidências que respondem ao problema e objetivos junto aos relatórios de auditoria divulgados em 2021, referentes ao exercício de 2020.

De acordo com Raupp e Beuren (2005), as pesquisas documentais são aquelas em que os procedimentos utilizados não envolvem material bibliográfico, tais como: (i) relatórios, (ii) manuscritos, (iii) fotos, (iv) objetos, etc.

Quanto à abordagem do problema, identificou-se como qualitativo e quantitativo pois se considerou a análise do conteúdo e a estatística descritiva. Hair Junior *et al* (2005) afirmam que as pesquisas qualitativas são aquelas cuja análise textual, léxica e do discurso são as bases para a coleta de evidências e as quantitativas são aquelas que utilizam técnicas e métodos estatísticos para realizar análise dos dados.

Em relação à amostra e coleta dos dados, foi realizado um estudo com base em uma amostra de 60 empresas brasileiras e de capital aberto, do segmento de energia elétrica, que compõem o índice IBOVSPA da B3 e que divulgaram seus relatórios financeiros junto com os pareceres de auditoria independente contendo sua opinião sobre as demonstrações contábeis e os principais assuntos de auditoria. As informações foram coletadas no período de 1º de março a 30 de abril de 2021 no sítio eletrônico da B3.

Quanto às técnicas de análise de dados, utilizou-se a inspeção de conteúdo para categorizar os PAAs das empresas participantes da amostra. A categorização dos PAAs foi necessária para mensurar a quantidade e analisá-las através de técnicas estatísticas descritivas. Foram coletadas, também, informações de empresas que auditam as empresas da amostra para identificar quais são e se *Big Four*.

## **4 RESULTADOS**

### **4.1 Assuntos destacados nos principais assuntos de auditoria por distribuidoras de energia elétrica em 2020**

Conforme foi apresentado anteriormente, os Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, conforme o julgamento profissional do auditor, foram mais representativos na auditoria das demonstrações contábeis no período corrente, quando o auditor tem por obrigação incluir o motivo pelo qual foi considerado um PAA e como ele tratou esse assunto (NBC TA 701).

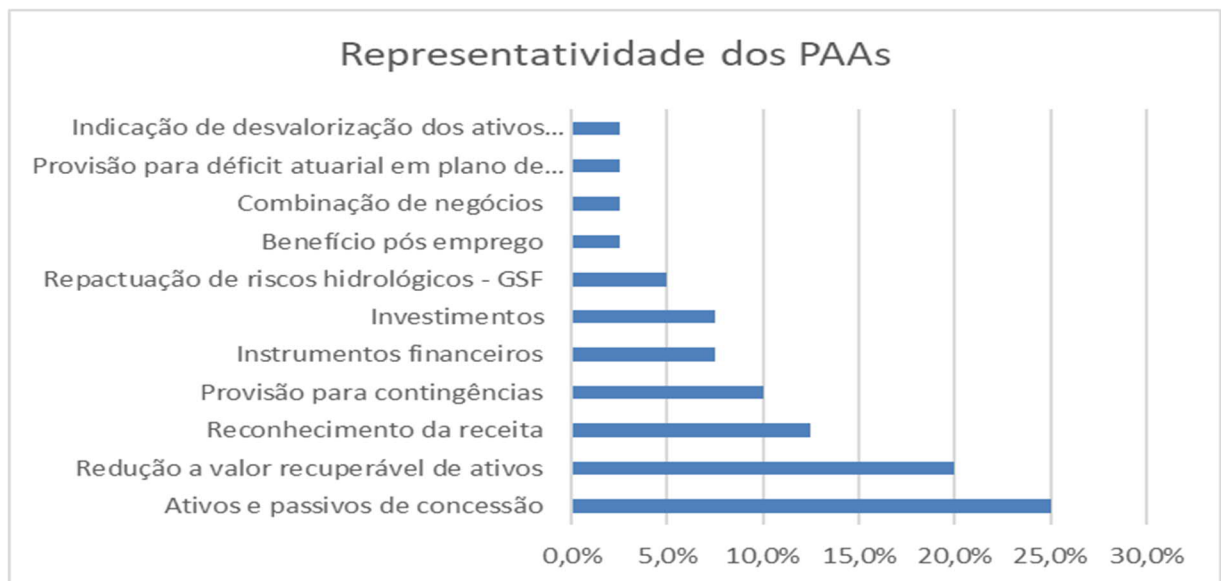
A partir de 2016, com a reconstrução do relatório de auditoria, uma das mudanças relevantes foi que a NBC TA 701, que trata sobre a Comunicação dos PAAs no Relatório do Auditor Independente, passou a ser obrigatória para entidades listadas na B3.

De acordo com a Quadro 1, referente a dados obtidos durante a pesquisa, estas são as informações mais apresentadas durante o exercício de 2020 nas demonstrações contábeis de distribuidoras de energia elétrica.

Conforme pode ser observado, o assunto mais abordado foi o de ativos e passivos de concessão, que está presente em 25% dos pareceres, seguido das Redução a valor recuperável de ativos (20%) e do Reconhecimento da receita (12,5%), sendo estes os pontos mais frequentes.

Este resultado fornece um indicador dos assuntos que precisam ser tratados pelas entidades que reportam a informação com maior cuidado e que também devem receber maior atenção por parte dos usuários da informação contábil.

#### Quadro 1: Principais Assuntos de Auditoria



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Em atenção ao registro contábil, para o setor elétrico, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a orientação técnica OCPC 08, que trata das condições básicas de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis de objetivos gerais das

concessões públicas de distribuição de energia elétricas brasileiras, em conformidade com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade (CFC, 2014)

Conforme o CPC 47, a receita de contratos deverá cumprir etapas para efeitos de mensuração e reconhecimento, adicionalmente, as empresas deverão atentar para a legislação fiscal, buscando seu impacto sobre o planejamento tributário dentro da empresa. Nesse caso, pode ocorrer reconhecimento da receita mais cedo do que ocorria da antes.

Em relação às empresas que atuam no setor elétrico, o CPC 47 influenciará no reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios.

#### 4.2 Temas abordados nos relatórios de auditoria das empresas da amostra e empresas de auditoria

Observou-se, durante a coleta de dados, que as empresas do segmento de energia elétrica são auditadas por Big Four de auditoria e não Big Four.

Optou-se pela análise dos Principais Assuntos de Auditoria por Big Four para saber se os Assuntos se repetem com frequência, dependendo da empresa que audita.

Foram identificadas na amostra em análise as empresas: KPMG Auditores Independentes; PricewaterhouseCoopers; Ernest & Young; Deloitte Touche Thomatsu, no ranking de Big Four; as demais empresas de auditoria encontradas na amostra foram: BDO RCS Auditores Independentes SS; Uhy Bendoraytes & Cia.; Grant Thornton Auditores Independentes e Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes.

Observa-se que parte da amostra não foi auditada por Big Four, representado por 18,33% em relação ao total da amostra, conforme demonstrado na Quadro 2.

#### **Quadro 2: Empresas e Principais Assuntos de Auditoria auditadas por empresas que não são Big Four**

EMPRESA DE AUDITORIA	SETOR ECONÓMICO	ASSUNTOS
Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes	UPTICK PARTICIPACOES S.A.	1. Ágio do investimento na Companhia Energética do Rio Grande do Norte
BDO RCS Auditores Independentes SS	FOCUS ENERGIA HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A	1. Reconhecimento da receita e do custo 2. Valor justo dos contratos de energia
	RENOVA ENERGIA S.A.	1. Avaliação de Impairment de ativo imobilizado 2. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 3. Impactos da homologação e reconhecimento dos efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial
Berkan Auditores Independentes S.S.	CELG DISTRIBUICAO S.A. - CELG D	1. Ativo de Contrato 2. Investimentos
	CIA CELG DE PARTICIPACOES - CELGPAR	1. Ativo de Contrato 2. Investimentos
Grant Thornton Auditores Independentes	CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D	1. Provisão para déficit atuarial em plano de previdência 2. Ativo financeiro de concessão
	CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT	1. Repactuação do Risco Hidrológico 2. Valor Mínimo de Outorga das Usinas 3. Descotização e Condições Complementares à Outorga do Novo Contrato de Concessão 4. Alteração da Lei nº 12.334/2010 – Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) 5. Reajuste das RAG
	TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A.	1. Recuperabilidade do ativo imobilizado com vida útil definida
RUSSELL BEDFORD BRASIL	CIA ENERGETICA DE BRASILIA	1. Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial
	EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.	1. Planos de benefícios 2. Análise de redução ao valor recuperável dos ativos de ativos não financeiros 3. Outras Obrigações e melhorias
UHY BENDORAYTES & CIA.	PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN	1. Indicação de desvalorização dos ativos não financeiros da Companhia 2. Provisões para contingências

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

As empresas Big Four que auditaram empresas do segmento de energia elétrica foram KPMG (22) e Ernest & Young (18), em seguida PWC (5) e Deloitte (4), em ordem decrescente pela quantidade de empresas do segmento auditadas. Os Quadros a seguir permitem que sejam observados os assuntos tratados como PAAs em seus pareceres.

### **Quadro 3: Principais assuntos de auditoria abordados pela KPMG para empresas de energia elétrica**



EMPRESA DE AUDITORIA	EMPRESA	PRINCIPAIS ASSUNTO DE AUDITORIA
KPMG Auditores Independentes	AES TIETE ENERGIA SA	Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes Ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor GSF - Extensão do prazo de concessão (ativo intangível e direito de concessão)
	AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes
	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada
	CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA ENERGIA S.A.	Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes
	CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	Avaliação do passivo contingente relacionado a dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio Instrumentos financeiros derivativos Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes
	CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	Avaliação do passivo contingente relacionado a dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio Instrumentos financeiros derivativos
	CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada
	CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	Avaliação do passivo contingente relacionado a dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio Instrumentos financeiros derivativos
	CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada
	CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada
	CPFL ENERGIA S.A.	Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada Valor recuperável dos impostos diferidos ativos
	CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	Valor recuperável dos impostos diferidos ativos
	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada Ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor GSF - Extensão do prazo de concessão (ativo intangível e direito de concessão) Valor recuperável do imobilizado, intangível e investimentos Valor recuperável dos impostos diferidos ativos Valorização e classificação do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível
	EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada Valorização e classificação do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível
	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada Valorização e classificação do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível
	ELEKTRO REDES S.A.	Avaliação do passivo contingente relacionado a dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio Instrumentos financeiros derivativos Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes
	ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada
	ENEVA S.A	Valor recuperável do imobilizado, intangível e investimentos Valor recuperável dos impostos diferidos ativos
	ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA S.A.	Avaliação do passivo contingente relacionado a dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio Instrumentos financeiros derivativos
	NEOENERGIA S.A.	Avaliação do passivo contingente relacionado a dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes
RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada	
TERMOPERNAMBUCO S.A.	Avaliação do passivo contingente relacionado a dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio Instrumentos financeiros derivativos	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Os principais temas abordados, pela empresa KPMG, em seus relatórios foram: Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada, representado por 23,26% do total de PAAs mencionados nos pareceres

das empresas auditadas, Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes (20,93%) e Avaliação do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio (16,28%).

#### Quadro 4: Principais Assuntos de Auditoria abordados pela EY para empresas de energia elétrica

EMPRESA DE AUDITORIA	EMPRESA	PRINCIPAIS ASSUNTO DE AUDITORIA
ERNST & YOUNG	ALUPAR INVESTIMENTO S/A	Mensuração do ativo contratual Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e investimentos
	CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica
	CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.	Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e investimentos
	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e investimentos
	CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	Recuperabilidade de tributos diferidos ativos
	CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	Mensuração do ativo contratual
	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DIST DE ENERGIA S.A.	Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica
	ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica
	ENERGISA S.A.	Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica
	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	Controles gerais de tecnologia de informação Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica Mensuração do ativo contratual Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada
	EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	Controles gerais de tecnologia de informação Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada
	EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	Controles gerais de tecnologia de informação Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada
	FERREIRA GOMES ENERGIA S.A.	Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e investimentos
	LIGHT S.A.	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios Realização de créditos fiscais diferidos Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada Repactuação do Generation Scaling Factor (GSF)
	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios Realização de créditos fiscais diferidos Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada
	OMEGA GERAÇÃO S.A.	Aquisição de controladas e joint ventures Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos
	REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.	Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica
	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	Combinação de negócios Mensuração do ativo contratual

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Tendo como assuntos destacados e mais comentados em seus pareceres, a EY considerou Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica (23,26%), Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios (13,95%) e Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada (11,63%) como assuntos mais comentados em PAAs.

### Quadro 5: Principais Assuntos de Auditoria abordados pela PWC para empresas de energia elétrica

EMPRESA DE AUDITORIA	EMPRESA	PRINCIPAIS ASSUNTO DE AUDITORIA
PricewaterhouseCoopers	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado Análise de constituição de tributos diferidos ativos Mensuração do ativo contratual de transmissão Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais Benefício pós emprego
	CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	Reconhecimento de receita Benefício pós emprego
	CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	Repactuação de riscos hidrológicos - GSF Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis dos contratos de concessão (teste de impairment) Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social Ativo sujeito a indenização
	ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	Direitos e Obrigações com a Eletronet e empresas cedentes
	RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	Repactuação de riscos hidrológicos - GSF Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Os assuntos mais comentados pela PWC, nos relatórios de auditoria do setor de energia elétrica, em dezembro de 2020, foram Benefício pós emprego, Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais e Repactuação de riscos hidrológicos – GSF, representando proporcionalidades iguais de 13,33% em relação ao total dos demais PAAs mencionados em seus pareceres.

### Quadro 6: Principais Assuntos de Auditoria abordados pela Deloitte para empresas de energia elétrica

EMPRESA DE AUDITORIA	EMPRESA	PRINCIPAIS ASSUNTO DE AUDITORIA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	Reconhecimento de receita Análise quanto a redução ao valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado Reconhecimento do passivo de PIS e Cofins a restituir para consumidores Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas - Copel Telecom Ataque cibernético Contabilização Ativos de Contrato de transmissão (Ofício CVM nº 04/2020)
	ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	Reconhecimento de receita Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais Direito de extensão de concessão - Repactuação do risco hidrológico
	SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	Análise quanto a redução ao valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado Monitoramento de cláusulas restritivas ("covenants") financeiros e não financeiros
	STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	Reconhecimento de receita

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

A Deloitte adicionou com mais frequência em seus pareceres das empresas acima, Reconhecimento de receita, Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e

ambientais e Análise quanto a redução ao valor recuperável (“impairment”) do ativo imobilizado, representado por 23,08% no primeiro PAA e 15,38% nas demais, respectivamente.

### Quadro 7: Principais Assuntos de Auditoria separados por Big Four

PRINCIPAIS ASSUNTO DE AUDITORIA	DELOITTE	ERNST & YOUNG	KPMG	PWC	Não Big four	Grand Total
Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes	0	4	8	1	2	15
Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada	0	5	10	0	0	15
Valor recuperável do imobilizado, intangível e investimentos	2	4	2	2	5	15
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis, regulatórios e ambientais	2	6	0	2	2	12
Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica	0	10	0	0	0	10
Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica	3	4	0	1	1	9
Avaliação do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio	0	0	7	0	0	7
Ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor						
GSF - Extensão do prazo de concessão (ativo intangível e direito de concessão)	1	1	2	2	1	7
Instrumentos financeiros derivativos	0	0	6	0	0	6
Valor recuperável dos impostos diferidos ativos	0	1	4	0	0	5
Valorização e classificação do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível	0	0	3	0	2	5
Análise de constituição de tributos diferidos ativos	0	2	0	1	0	3
Benefício pós emprego	0	0	0	2	1	3
Controles gerais de tecnologia de informação	0	3	0	0	0	3
Ágio do investimento na Companhia Energética do Rio Grande do Norte ± CI	0	0	0	0	1	1
Aquisição de controladas e joint ventures	0	1	0	0	0	1
Ataque cibernético	1	0	0	0	0	1
Ativo sujeito a indenização	0	0	0	1	0	1
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas - Copel Telecom	1	0	0	0	0	1
Combinação de negócios	0	1	0	0	0	1
Contabilização Ativos de Contrato de transmissão (Ofício CVM nº 04/2020)	1	0	0	0	0	1
Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	0	0	0	1	0	1
Direitos e Obrigações com a Eletronet e empresas cedentes	0	0	0	1	0	1
Monitoramento de cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros e não financeiros	1	0	0	0	0	1
Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	0	0	0	1	0	1
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	0	1	0	0	0	1
Reconhecimento do passivo de PIS e Cofins a restituir para consumidores	1	0	0	0	0	1
Valor justo dos contratos de energia	0	0	0	0	1	1
Avaliação de Impairment de ativo imobilizado	0	0	0	0	1	1
Impactos da homologação e reconhecimento dos efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial	0	0	0	0	1	1
Provisão para déficit atuarial em plano de previdência	0	0	0	0	1	1
Valor Mínimo de Outorga das Usinas	0	0	0	0	1	1
Descotização e Condições Complementares à Outorga do Novo Contrato de Concessão	0	0	0	0	1	1
4. Alteração da Lei nº 12.334/2010 – Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)	0	0	0	0	1	1
Reajuste das RAG	0	0	0	0	1	1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>43</b>	<b>42</b>	<b>15</b>	<b>23</b>	<b>136</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

<sup>2</sup> A pandemia de COVID-19, também conhecida como pandemia do coronavírus, é uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), que impactou mundialmente e teve início em 2020. A pandemia resultou em instabilidade social e econômica global significativa, incluindo a maior recessão global. Isso levou a uma escassez generalizada de suprimentos acentuada pela corrida às compras, interrupção da agricultura e escassez de alimentos, além de diminuição das emissões de poluentes e gases de efeito estufa. Muitas instituições educacionais e áreas públicas foram parciais ou totalmente fechadas, e muitos eventos foram cancelados ou adiados.

Com o intuito de apresentar melhor quantitativamente os PAAs das Quadros anteriores, separou-se por empresas de auditoria e assuntos, apresentado na Quadro 7.

Por meio dos dados coletados, observa-se que dois assuntos mais comentados foram Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada e Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes.

Considerando que foram analisadas as demonstrações de dezembro de 2020 e que neste exercício se passou pela Pandemia da COVID-19, observa-se que este evento não causou grandes efeitos colaterais nas demonstrações contábeis das empresas do segmento de energia elétrica.

Os três próximos assuntos mais comentados e que tiveram a mesma quantidade de comentários foram Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis, regulatórios e ambientais e Valor recuperável do imobilizado, intangível e investimentos.

No que diz respeito ao assunto de Provisões para Contingências, as mudanças de decisões judiciais entre os interesses criam uma problemática para as empresas cuidarem do assunto, assim como provisionar e registrar em suas demonstrações contábeis, somando ao fato de que algumas empresas possuem milhares de processos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar se as empresas de auditoria independente influenciam nos assuntos mais relevantes considerados para destaque em relatório de Principais Assuntos de Auditoria. Especificamente, analisou-se 60 empresas do segmento energia elétrica, registrada na B3, em 31 de dezembro de 2020. O estudo de natureza documental, exploratória e com abordagem quantitativa e qualitativa avaliou o conteúdo dos PAAs – Principais Assuntos de Auditoria e as empresas que emitiram opinião sobre tais assuntos.

Os resultados evidenciaram que as 60 empresas foram auditadas por dez empresas de auditoria independente (40% delas, Big4). Os PAAs coletados foram categorizados em 35 temas, sendo observado que estes estão relacionados,

principalmente, a assuntos de novas normas contábeis (Reconhecimento da Receita, Mensuração do Ativo Contratual e Infraestrutura de Concessão) e de estimativas contábeis e incertezas (Provisões para Contingências e Valor Recuperável do imobilizado, intangível e investimentos), e que estes assuntos são relevantes para todas as empresas do segmento, independente do cenário de pandemia.

Observou-se que o mercado de auditoria é dominado pelas firmas Big Four, mas que as demais empresas tem ganhado espaço, ao longo dos anos. Com relação à divulgação dos PAAs nos pareceres de empresas de auditoria que não são Big Four, em sua maioria, não repetem os assuntos para empresas do mesmo setor, situação oposta observada nos relatórios divulgados pelas Big Four.

Por fim, no que diz respeito ao reconhecimento e mensuração, os valores precisam ser reconhecidos no período em que o fato acontece, respeitando o Princípio da Competência e o que diz as normas contábeis e de auditoria, dando importância à aplicação da norma e se os controles internos da empresa estão aplicando o que diz a metodologia.

Um assunto que não foi citado entre os principais, mas que vale comentar nesta conclusão é “Controles gerais de tecnologia de informação”, pois está diretamente ligado aos controles internos da empresa e como a tecnologia é importante nesse processo de implementação e atualização de normas contábeis e interface com os demais setores.

Os PAAs possuem grande importância para a comunidade financeira e empresarial, destacando os assuntos mais relevantes em cada empresa e como a auditoria abordou esse assunto, através de seus testes, mitigando riscos, de forma que ao final de cada PAA, os auditores concluem sobre esses assuntos em seu parecer.

Como sugestões para pesquisas futuras sobre os PAAs, aponta-se explorar esta análise do ponto de vista de empresas de outros segmentos, pesquisar se há relação entre os PAAs e as ressalvas e/ou parágrafos de ênfases elaboradas nos pareceres de auditoria, levantar de maneira mais profunda se há repetição dos PAAs e tem relação com a auditoria que executa o trabalho.

## REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 6, p. 159- 177, 1968. Disponível em: . Acesso em: 20 mar. 2021.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TA 200** – Auditoria Independente. Disponível em: <[https://www.cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao\\_NBC\\_TA\\_AUDITORIA.pdf](https://www.cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_NBC_TA_AUDITORIA.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **NBC TA** – de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **NBC T 11** – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **NBC TA 701** – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente. Disponível em: <[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA701](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA701)>. Acesso em: 20 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **OCPC 08** – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Orientacoes/Orientacao?Id=99>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. Tradução de Luciana de Oliveira Rocha. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003

CORREA, S.L.B. OLIVEIRA, A.L.P. Auditoria Externa: História e Principais Aspectos do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. Artigo acadêmico. **Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM**, Departamento de Ciências Contábeis, 2018. Disponível em: <[http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2018/pdf/05\\_04.pdf](http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2018/pdf/05_04.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FRANCO, Hilario; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio de Lourenço. **Auditoria de Qualidade; auditoria, Qualidade e Fraudes- Novos Desafios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLD, A. HEILMANN, M. The consequences of disclosing key audit matters (KAMs): A review of the academic literature. **Maandblad voor Accountancy en Bedrijfseconomie**. n.93, (1/2), 5–14, 2019.

NIYAMA, Jorge Katsumi. MENDES, Paulo César de Melo. **Auditoria de Valor Justo em Instituições Financeiras: A percepção dos auditores na mensuração dos instrumentos financeiros**. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/16294>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PEREZ, J. FERNANDES, A. RANHA, A. CARVALHO, J. **Auditoria das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006, . 76-97.

RIBEIRO, Osni Moura; RIBEIRO, Juliana Moura. **Auditoria Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2007.